

A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade

The Invention of the Brazilian Dictionary: Technology Transfer, Literary Discourse and Society

José Horta Nunes*
NUDECRI/UNICAMP

Abstract

This article analyzes the *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, by Laudelino Freire (Rio de Janeiro, 1939-1944). We discuss the ‘invention’ of the most important general Brazilian dictionary, considering transfers from Portuguese dictionaries. By analyzing a series of lexical entries for *walk* in Freire’s work and in dictionaries published before and after it, we explain lexicographic discourse in connection with history and society.

Key words: history of linguistic ideas, discourse analysis, dictionary, literature, invention.

Resumen

Este artículo analiza el *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire, publicado em 1939-1944, no Rio de Janeiro. Discutimos a “invenção” do grande dicionário geral brasileiro, considerando as transferências a partir dos dicionários portugueses. Analisando uma série de verbetes do verbo *caminhar*, no dicionário de L. Freire e em dicionários anteriores e posteriores, explicitamos como se constitui o discurso desse dicionário em sua relação com a sociedade e a história.

Palabras clave: história das ideias linguísticas, análise de discurso, dicionário, literatura, invenção.

1. Introdução

Este trabalho se inscreve no Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil, que objetiva compreender, por meio de alguns direcionamentos de pesquisa, a produção de saberes linguísticos no Brasil desde a Época Colonial. As pesquisas tiveram início nos anos 90, em uma colaboração entre a Universidade de Campinas, com coordenação de Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, e a Universidade Paris 7, na França, por meio de Sylvain Auroux e sua equipe de colaboradores ligados ao Laboratório de História das Teorias Linguísticas (Paris). Um dos eixos de investigação desse programa consiste no estudo de instrumentos linguísticos como gramáticas, dicionários e manuais. Interessa também compreender como se dá a relação desses instrumentos com o Estado e com a formação da língua nacional, o que marca uma especificidade das pesquisas da equipe brasileira (Guimarães y Orlandi 2007; Orlandi 2001, 2002; Nunes 2006; Nunes y Petter 2002).

Objetivo discutir neste artigo, a partir da perspectiva da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, a questão da “invenção” do dicionário brasileiro. Refiro-me especificamente ao aparecimento do dicionário geral brasileiro, tal como se deu na primeira metade do século XX, ou seja, um dicionário que propunha descrever a língua falada no Brasil, em sua imagem de completude, e não apenas uma parte dessa língua,

* Correspondencia con el autor: johnunes@unicamp.br.

como ocorreu durante o século XIX e início do XX com os dicionários de brasileirismos, regionalismos e de complementos aos dicionários portugueses. O *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1939-1944), é o primeiro grande dicionário a se apresentar desse modo, inaugurando uma série de dicionários gerais que se estabilizaram na segunda metade do século XX, de maneira que os dicionários brasileiros passaram desde então a ser mais utilizados que os portugueses.¹

Para abordar a noção de invenção, de uma posição discursiva, vamos nos deter nos seguintes aspectos: a) os processos de transferência lexicográfica e as migrações de sentido que daí decorrem; b) a relação entre memória e atualidade; c) a autoria na relação com a institucionalização do saber lexicográfico; d) a significação da língua no espaço nacional; e) os campos de saber mobilizados no discurso, especialmente o discurso literário; f) a relação do dicionário com a sociedade e a história. Desse modo, a invenção lexicográfica é concebida tendo em vista os longos processos histórico-discursivos de constituição do dicionário, incluindo-se aí as transferências tecnológicas, o trabalho da memória, os processos de autoria e institucionalização, a formação da língua nacional, os saberes constituintes e a significação da sociedade. Na produção de uma nova discursividade, com esse artefato tecnológico, que deslocamentos são produzidos na tensão entre paráfrase e polissemia? Que efeitos de sentido ocorrem em um país de história de colonização como o Brasil? Como situar a invenção no interior das ciências da linguagem na conjuntura em que ela tem lugar?

2. O *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*

O *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (GNDLP) foi publicado pela primeira vez de 1939 a 1944, pela editora A Noite, no Rio de Janeiro (Freire 1939-1944). São cinco grandes volumes, com ampla nomenclatura, verbetes com múltiplas acepções e exemplos literários. A terceira e última edição (Freire 1957) conta com 5374 páginas. O autor, Laudelino Freire, nasceu em Lagarto, no estado de Sergipe, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1937, dois anos antes da publicação do GNDLP. Especialista em filologia e estudos clássicos, foi professor do Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Em 1923 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Rui Barbosa. Fundou em 1918 a *Revista da Língua Portuguesa*. É autor de vários estudos filológicos e sobre a língua nacional, dentre os quais “A defesa da Língua Nacional”, de 1920. Formado em Direito, foi também jornalista e político. A organização do GNDLP teve a colaboração de J. L. de Campos, Vasco Lima e Antônio Soares Franco Júnior.

Produzido durante o período que vai de meados da Primeira República (1889-1930) à chamada Era Vargas (1930-1945),² esse dicionário apresenta em seu prefácio um discurso sobre o “povo” (“Cada povo com a sua língua”). Isso faz com que o “povo” seja significado

¹ O presente trabalho retoma parcialmente algumas análises que realizei sobre o dicionário de Freire, sempre com outros objetivos que não o de tratar especificamente desse dicionário. Desta vez, abordamos a obra por meio da noção de “invenção lexicográfica”, comparando um de seus verbetes com os de outros grandes dicionários portugueses e brasileiros e salientando o funcionamento do discurso literário e seus efeitos na formulação dos verbetes.

²A Primeira República ou República Velha caracterizou-se pelo predomínio de uma oligarquia rural (a elite cafeeira), pela ligação desta com os militares, com o federalismo e o coronelismo. Já a Era Vargas sustentou: o centralismo do Estado, o nacionalismo e o populismo, a industrialização, a urbanização, o sindicalismo, o integralismo, o tenentismo. Consideramos que o dicionário de Freire está ligado sobretudo às condições da Primeira República, na medida em que começou a ser elaborado nesse período e relaciona a língua a uma elite letrada, em oposição às camadas populares. Porém, a publicação desse dicionário ocorre já nos inícios da Era Vargas e sofre parcialmente os efeitos dessas mudanças. Em ambos os períodos, a noção de “povo” é significada, mas de modo diferente em cada caso, sendo que em Freire há uma distinção entre o próprio da língua e o “vulgar”, enquanto no período Vargas surgem os dicionários populares.

na sua relação com a língua e em suas divisões. Podemos dizer que em Freire temos um discurso clássico ou erudito, na medida em que se efetua uma distinção entre a língua dos clássicos, valorizada em suas “graças e galas” e a da “plebe”, que é mantida a uma certa distância. Instala-se na língua uma divisão social que marca o discurso do dicionário, com a configuração de um imaginário da língua dos clássicos e de uma conversação que evita as gírias e os “plebeísmos”. Assim ao incorporar em seu discurso a noção de povo, o dicionário introduz ao mesmo tempo uma cisão social que produz efeitos no discurso lexicográfico.

A primeira edição do GNDLP não se apresenta como uma grande ruptura na lexicografia brasileira. Não é salientado que se trata do primeiro grande dicionário brasileiro. Foi somente na segunda edição, de 1954, que esse fato foi ressaltado por seu filho, Laudelino Freire Júnior, que redigiu uma nota em que afirma: “O primeiro grande dicionário feito no Brasil foi lançado pela Editora A Noite, na sua primeira edição, ora esgotada, e agora é reeditado pela Livraria José Olympio Editora” (Freire 1957: V). Tal silenciamento da autoria fundadora na primeira edição consistiu em uma marca desse período de descolonização linguística no Brasil, em que as produções da ex-colônia realizavam sem alardes, diante das polêmicas que envolviam a legitimação da “língua brasileira”,³ as transformações nos instrumentos linguísticos.

3. A invenção de um artefato lexicográfico: transferência tecnológica e migração de sentidos

Os trabalhos em História das Ideias Linguísticas têm mostrado que a produção de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários resultam de longos processos históricos. No caso das línguas vernáculas, geralmente ocorre um empréstimo dos dicionários latinos, que resulta em dicionários bilíngues latim-vernáculo, depois na inversão para vernáculo-latim e em seguida na elaboração dos primeiros dicionários monolíngues das línguas neolatinas. É assim que no português se chegou aos bilíngues latim-português/português latim, como o *Dicionário Latino-Lusitânico*, de Jerônimo Cardoso (1562), e depois ao dicionário de Rafael Bluteau (1712-28), que era um bilíngue português-latim, com o corpo do verbete em língua portuguesa e o equivalente em latim ao final de cada verbete. O primeiro monolíngue do português, de A. de Moraes Silva (Silva 1789), é uma retomada de Bluteau com redução e definições tornadas concisas (cf. Nunes 2006).

Para analisar o caso brasileiro, partimos do conceito de *transferência tecnológica*, para pensá-la no interior do discurso lexicográfico. Conforme Sylvain Auroux, o aparecimento dos saberes linguísticos em uma determinada “tradição linguística” resulta de um processo que se pode delimitar em um longo intervalo temporal. Essa tradição pode ser *espontânea* ou resultar de uma *transferência tecnológica* (Auroux 1992: 21). O caso brasileiro, a partir do século XVI pode ser considerado como o de uma *transferência tecnológica* em um país de colonização, tal como temos trabalhado no interior do Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil (cf. Orlandi 2001).

Nos três primeiros séculos de colonização, houve um predomínio do que Auroux chama uma *exogramatização*, ou seja, uma *gramatização* (processo de descrição e instrumentação da língua por meio de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários) realizada por falantes não nativos da língua para a qual se dá a transferência. Esse período corresponde à produção de dicionários bilíngues (português-tupi) por missionários jesuítas e outros. A partir do século XIX, teve lugar um processo de *endogramatização*, ou seja, uma gramatização efetuada por falantes nativos da língua. Esse segundo período corresponde ao predomínio da

³ Sobre as polêmicas sobre a nomeação da língua nacional, ver Dias (1996).

produção de dicionários monolíngües brasileiros: inicialmente, dicionários de complemento aos dicionários portugueses, dicionários de regionalismos, de termos técnicos, de brasileirismos; depois, já no século XX, os primeiros grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa.⁴

A fim de mostrar o processo histórico que conduz à invenção do dicionário geral brasileiro, na primeira metade do século XX, identificamos diferentes modos de transferência tecnológica que afetam sua constituição histórica. No interior do modelo de colonização brasileiro, temos inicialmente um empréstimo dos instrumentos portugueses, sobretudo do dicionário de Moraes, que foi amplamente utilizado. Com o Moraes, um dicionário portátil em dois volumes, elaborado por um brasileiro em solo português, os brasileiros ganham um estranho espelho, que ao mesmo tempo apresenta a língua do colonizador e expõe suas faltas, suas omissões, suas lacunas diante do processo já em curso de formação do português no Brasil.

Após o empréstimo, inicia-se logo em seguida a *complementação* desse instrumento, por meio de acréscimos de palavras, de acepções, de verbetes. Os dicionários de complementos, de regionalismos e de brasileirismos participaram desse longo processo de extensão do dicionário português para contemplar a realidade brasileira. E se trata bem aí de significar a “realidade”, visto que os “brasileirismos” descrevem as “coisas” do Brasil, sobretudo os topônimos, os nomes de animais e plantas, as tribos e os costumes indígenas e africanos, tudo isso visto como elementos da “língua” brasileira, que em seu conjunto não formavam uma “língua”, e sim “influências” para a língua (Nunes 2006).

O processo tecnológico seguinte, podemos dizer, foi o de *adaptação* do instrumento ao espaço brasileiro. Já temos aí bem caracterizado o que consideramos o processo de *descolonização linguística*,⁵ sendo que no presente caso há traços de uma divisão entre língua do colonizador e língua do colonizado, mas sem uma ruptura profunda. O dicionário de Caldas Aulete (Aulete 1881), nesse sentido, corresponde a um limiar entre a tradição portuguesa e a brasileira. Elaborado e publicado pela primeira vez em Portugal, em 1881, esse dicionário teve quatro reedições em terras portuguesas antes de receber uma edição adaptada no Brasil (Nunes 2008). Por meio da Editora Delta, uma nova série dicionarística foi constituída, com edições cada vez mais inseridas na conjuntura brasileira, o que se nota na formação das equipes, na inserção de novas nomenclaturas, nas fontes e nas ilustrações com temas brasileiros.

O último processo que gostaríamos de apontar, no qual localizamos o GNDLP, leva a uma ruptura mais ampla, com a construção de uma unidade de língua, de um imaginário de dicionário completo brasileiro. A invenção de um novo instrumento, acompanhado da afirmação e defesa da língua do colonizado, e não apenas de singularidades como os brasileirismos, é um acontecimento na história das ideias linguísticas no Brasil, e de modo mais amplo na América Latina. Sem as etapas anteriores de dicionarização, que se desenrolaram desde a Época Colonial com os primeiros dicionários bilíngües português-tupi, essa invenção talvez não se desse ou ao menos teria ocorrido de outro modo. Assim, vemos a invenção dicionarística como consequência de uma série de práticas lexicográficas historicamente situadas, cujos resultados constituem matéria-prima para a construção do dicionário geral durante o século XX.

⁴ Cf. Horta Nunes (2002).

⁵ Conforme Orlandi (2007: 10), a descolonização linguística pode ser definida como “esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um saber que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação”.

4. A memória do dicionário entre as línguas

Ao abordar o saber linguístico de uma perspectiva histórica, Auroux (1992: 11) mostra a relação da produção de saber com a memória:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

Produzir saber linguístico implica em uma mexida nas redes de memória. E no caso dos dicionários, podemos falar nesse sentido de uma *memória lexicográfica*, isto é, de um campo de memória mobilizado pelos dicionários, assim como pelas teorias e procedimentos lexicográficos que se encontram neles. Ao abordar a questão da memória, Orlandi distingue a memória enquanto *interdiscurso*, ou seja, os já-ditos, o complexo de formações discursivas, da *memória institucionalizada*, a memória organizada, estabilizada com certas direções de sentido (Orlandi 2003: 15). Isso indica que, para além do sentido mais geral de memória discursiva, que funciona em qualquer discurso, há modos específicos de a memória ser construída em determinados discursos, de ela colocar em circulação certas formações imaginárias.

Ao concebermos a memória lexicográfica de um ponto de vista discursivo, levamos em consideração, no estudo da invenção dicionarística, o modo como a memória é construída, retomada, transformada, esquecida até que um novo instrumento seja produzido e reconhecido no interior de uma ou outra conjuntura. Incluem-se, nesse complexo da memória, as diferenças e contradições entre discursos que a constituem, no jogo entre os processos de estabilização e de deslocamento ou ruptura de sentidos. Elaborar um dicionário é estabelecer o que não deve ser esquecido em matéria das palavras e de discursos ligados a uma língua.

O dicionário não é a língua fluida, e sim uma língua imaginária,⁶ e sua história tem a especificidade de sua materialidade. Se o texto lexicográfico é constituído por meio de retomadas, cortes, reformulações, reorganizações, transferências, etc., o jogo da memória e da atualidade aí se dá de modo singular. A memória do dicionário é uma memória institucionalizada e pelo texto do dicionário ou fragmentos dele, como um verbete, uma acepção, um exemplo, a memória é transferida de uma língua a outra, de um país a outro, de uma instituição a outra, de uma disciplina a outra, e a cada vez é reconfigurada, esquecida, reorganizada, silenciada etc. Essa é uma característica discursiva dos objetos tecnológicos lexicográficos.

Um dos indícios de uma memória lexicográfica é a menção a obras de referência para a elaboração do novo dicionário. No plano do GNDLP, proposto na Academia Brasileira de Letras em 1931, constava que ele se basearia no dicionário de Moraes, o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa, elaborado aos moldes das concepções iluministas e da gramática filosófica. Lembremos que Freire participou da organização da reedição do dicionário de Moraes no Brasil, em 1922, em comemoração aos cem anos da segunda edição desse dicionário. Mas o dicionário de Freire retoma também, com maior proximidade histórica, o dicionário de Cândido de Figueiredo, o *Grande e Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1899). De fato, o título do dicionário de Freire é uma paráfrase daquele do

⁶ Cf. a distinção de Orlandi entre “língua fluida” e “língua imaginária”: “A língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (Orlandi 2002: 22).

dicionário de Figueiredo. Somente a palavra “novo” é substituída por “novíssimo”. A indicação explícita do dicionário de Figueiredo ocorre no prefácio de Freire:

O Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, que apresento ao público, traz ao de Cândido de Figueiredo grande aumento de palavras, registrando número de termos simples e compostos que nenhum dicionário jamais atingiu (Freire 1939-1944: p. VII).

Esse deslocamento aponta para a novidade do dicionário brasileiro e para o reconhecimento da língua falada no Brasil. Ao retomar como memória os grandes dicionários portugueses, o GNDLB significa uma inovação nessa série. Mas não se trata de uma ruptura mais ampla: o argumento da quantidade, da extensão (“grande aumento de palavras”), está presente nesse discurso continuísta em relação à tradição portuguesa. Isso tem suas consequências no modo de erigir a memória. Não são citados os dicionários de brasileirismos e seus autores, nem obras da época colonial e imperial, de maneira que, embora ele se apresente como dicionário brasileiro, não é a memória dos brasileirismos e dicionários bilíngues que é evocada, mas sim a linha dos grandes dicionários portugueses que se baseiam nos autores clássicos. Embora seja, então, uma inovação brasileira, ela se sustenta na memória lexicográfica do colonizador. Manter o nome *língua portuguesa* é também uma marca da filiação de memória que aí se dá, que ao mesmo tempo sustenta a língua falada no Brasil e a memória lexicográfica da ex-metrópole.

Trataremos a seguir de alguns pontos que nos permitirão compreender melhor como esse trabalho de memória é realizado.

5. Língua e espaço nacional

Como vimos, o GNDLP mantém a nomeação *língua portuguesa* no título do dicionário, na filiação à tradição lexicográfica portuguesa. Mas o que isso significa no discurso do dicionário? Para compreender tal filiação, efetuamos uma remissão ao texto de Laudelino Freire intitulado “A defesa da Língua Nacional”. Esse é o texto de uma conferência realizada em 10 de abril de 1920 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

A língua portuguesa, sabe-lo, é patrimônio comum de dois povos. Portugueses nô-la herdaram, e portugueses foram os que nô-la ensinaram. Ao cabo, porém, de um viver quatro vezes secular, no transcurso do qual, com superioridade inegável, nos libertamos econômica e politicamente, logrando em seguida a emancipação na literatura, não fora de esperar, hoje, que a nossa cultura, zelo, orgulho, nos não desse a certeza de que já somos um povo, que possui, como os demais, a sua língua, e, como os demais, sabe exigir que todos lha reconheçam como própria.

No discurso de defesa da língua nacional, que se filia à memória dos textos de defesa das línguas nacionais, como os do século XVI português, a noção de “povo” é apresentada na sua relação com a língua: cada povo tem sua língua. Note-se que, ao se referir à língua, o autor considera que “a língua portuguesa é patrimônio de dois povos”, a saber, os portugueses e os brasileiros. Em um percurso histórico emancipatório, os brasileiros se “libertaram” economicamente, politicamente e “na literatura”. Na atualidade desse discurso (“hoje”), aparece a “nossa cultura”. Assim, povo, cultura e língua estão ligados discursivamente, sendo a emancipação na literatura a marca mais evidente da língua desse povo.

Uma vez que cada povo tem sua língua, fica a questão de saber: de que língua provém a língua do povo brasileiro? Seria um dialeto da língua portuguesa? A língua portuguesa seria a língua mãe? Que língua portuguesa seria essa: a atual ou a da época dos descobrimentos?

Mais adiante, no mesmo texto, os sentidos de língua portuguesa e de dialeto são especificados:

No período áureo do quinhentismo, por intermédio dos donatários e colonos que nos vieram povoar, recebemos a língua de Camões, que aqui sob a influência de novos fatores mesológicos se transformou numa "vergôntea vigorosa e forte"; e "nesta evolução divergente, escreve Carlos Pereira, o falar brasileiro e o lusitano apresentam-se como co-dialetos do português quinhentista". Sob este aspecto sim, a língua brasileira é um dialeto, como dialeto é a língua de Portugal (Freire, 1920).

Nessa sequência percebe-se o uso da nomeação “língua brasileira”, em oposição à “língua de Portugal”. Reconhece-se aí a língua brasileira, e nesse contexto não se trata somente da língua falada, mas de uma língua de cultura, que apresenta uma literatura. Assim, tanto a língua brasileira quanto a língua portuguesa são dialetos que “evoluíram” a partir do “português quinhentista”. Assim, a língua mãe seria esse português quinhentista e não o português de Portugal da atualidade. Desse modo, o uso da nomeação “língua portuguesa” no GNDLP implica na perspectiva histórica que toma o português quinhentista como origem de dois dialetos que daí evoluíram: a “língua brasileira” e a “língua de Portugal”. A nomeação “língua portuguesa” significa, nessas condições, uma perspectiva histórica evolucionista em que se deu uma bifurcação das línguas a partir do português quinhentista.

Uma vez que a “língua brasileira” é reconhecida pelo autor, embora no prefácio do dicionário não se apresente essa nomeação, a noção de brasileirismo deixa de ser pertinente para a definição da língua/linguagem. Desse modo, encontramos no prefácio o seguinte enunciado: “feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa de indicação de brasileirismos para conhecimento da linguagem falada no país” (Freire: 1939-1944: VIII). Já os lusitanismos passam a ser registrados: “Aos termos que acredito serem exclusivamente utilizados em Portugal chamo genericamente lusitanismos” (*ibid.*: VIII). Segue abaixo um verbete com marcação de lusitanismo:

argolista, s. m. De *argola* + *ista*. Acróbata que, em circos, trabalha em argolas. 2. Lus. Indivíduo que transporta sal dos barcos para dentro dos navios (Freire 1939-1944).

Não marcar os brasileirismos e indicar os lusitanismos leva a um deslocamento muito significativo na história dos dicionários brasileiros, pois pressupõe uma completude da língua no Brasil e um acréscimo ou diferenciação proveniente do português de Portugal. Mas como temos visto, não se trata aí de uma ruptura que se apresenta de modo heróico e que ressoa na memória brasileira. Podemos dizer que é uma invenção que configura no imaginário um espaço linguístico brasileiro, mas com uma memória portuguesa, de maneira que deslocamento e continuidade se conjugam.

6. Dicionário, sociedade e literatura: civilização, cultura e purismo

Nessas condições de ligação da língua a um espaço e aos sujeitos aí inseridos, embora a noção de “povo” esteja presente como fato republicano que incide sobre os instrumentos linguísticos, há uma forte oposição entre as elites e as camadas populares em processo de ascensão e legitimação. Assim, o surgimento dos primeiros dicionários gerais brasileiros filia-se a esse período de instalação e consolidação da República, com os deslocamentos de sentido e contradições que aí estão presentes. Distinguindo o que é “próprio da língua” e o que é “linguagem ordinária”, “uso comum”, “conversação”, o GNDLP produz uma distinção social entre o “erudito” e o “vulgar”, diferenciando-os: “à própria linguagem, assim erudita como

vulgar” (Freire 1939-1944: VII). De um lado, os autores clássicos consagrados, de outro, as palavras da conversação e os “plebeísmos” (“gírias”, “palavras chulas”, “barbarismos”, etc.), sendo estes últimos evitados pelo lexicógrafo.

Como consequência para a formulação dos verbetes, temos uma atenção dedicada por Freire aos verbos, abonados com exemplos clássicos, e às locuções adverbiais e prepositivas, que trariam as “graças e galas da linguagem”. Essas unidades lexicais e sintáticas conduzem a uma descrição sustentada nos enunciados de autores consagrados, que, enquanto fontes descritivas, condicionam grande variedade de formulações sintáticas e, por conseguinte, de abonação dos verbos e locuções. Em relação aos verbos, o autor afirma: “Quão útil, portanto, será a tóda gente um dicionário que, acêrca de todo verbo, nos apresente, ao lado da etimologia e acepções, o quadro, devidamente corroborado por exemplos clássicos, de tôdas as modalidades de construção a que se êle pode prestar!” (Freire 1939-1944: XIII). De fato, os verbetes dos verbos apresentam regularmente grande número de abonações literárias. Analisemos um dos longos verbetes que tomam um verbo como entrada:

CAMINHAR. v.t.v. De *caminho* + *ar*. Percorrer caminho a pé; andar (*intr.*; *tr. ind.*, com prep. *até a, com, para, por*): “Nuno Álvares Pereira, naturalmente calado e de si pouco risonho, *caminhava* com os olhos baixos, e a cabeça pendida sobre o peito” (Rebêlo da Silva). “As outras obedecem-lhe, *caminham* quando ela ordena; são como filhas, são como escravas” (C. Neto). “Pôs-se a *caminhar* a passos largos, as mãos atafalhadas nos bolsos das calças” (Id.). “Eu *caminhava* a pé, guiando-me ao sabor da imaginativa ideia” (Camilo). “Ajudado por esta circunstância *caminhei* com passos lentos e sutis” (Herculano). “Moveu-se e foi, quase de rôjo, *caminhando* de pés e mãos e mãos como os símios, lento, lento até junto do esqueleto” (C. Neto). “Vagarosamente *caminhou até* a porta do quarto” (Id.). “Pagens, o nosso abade padece de gota: talvez lhe custe *caminhar até* a capela” (Herculano). “E fê-lo *caminhar com* duas muletas” (Rui). “Por estar perto da cordoaria, donde vinha o rugido de um grande reboliço, *caminhou para* lá” (Camilo). “Dali a pouco, saindo ambos, *caminharam* silenciosos *pela* estrada *até a* um regato” (V. de Taunay). “*Caminham por* umbrosas colunatas de estrutura sem par” (Pôrto Alegre). “Dous amigos, ao *caminharem por* uma estrada, conversam ordinariamente em diversas matérias” (Odorico Mendes). || 2. Pôr-se em movimento; seguir, rodar (*intr.*; *tr. ind.*, com prep. *a, para*): “*Caminhávamos* enquanto os cavalos se podiam menear, e ficávamos onde nos colhia a noite” (Herculano). “Um frade bernardo alto, grosso e rubicundo, montado em uma possante mula branca, *caminhava* à frente da cavalgadura” (Id.). “*Caminha* à cordilheira; a serra avulta” (Pôrto Alegre). “A família real entrou no formoso côche, que se pôs a *caminhar para* Alcântara” (Corvo). || 3. Navegar, velejar (*intr.*): “*Caminha* o nauta, costeando as orlas de Gomeira” (Pôrto Alegre). || 4. Percorrer (o navio) uma distância (*intr.*) || 5. Viajar (*intr.*): “Limitou-se a recomendar ao moço válido, ainda desnudado no gesto, que só *caminhasse* de noite, e com jornadas curtas” (Herculano). || 6. Ir, dirigir-se (*tr. ind.*, com prep. *a, para*): “Estrepitosos rios despenhados com vastadoura queda *ao mar caminham*” (Odorico Mendes). “Vê que vou falar-te no tom do mártir que *caminha ao* seu fim sem voltar a face ao mundo que deixa” (Camilo). “*Caminhou para* o soldado, sacudiu-o pelo braço” (Rui). “*Caminhámos para* casa, e não trocámos palavra” (Camilo). || 7. Progredir (*intr.*; *trans. ind.*, com prep. *a, em, sobre*): “Nada; aquilo não *caminha*” (Castilho). “Os povos, segundo esta doutrina deshonrosa ou sequer desconsoladora para a humanidade, não podem *caminhar* sem que um rei ou imperador os conduza pela mão” (Latino Coelho). “Desde então o poder otomano *caminhara* despejadamente *ao* seu maior esplendor” (Id.). “E a lua *caminhava no* céu levando a noite” (C. Neto). “Restava, para completar o seu trabalho, oferecer aos que pretendessem *caminhar sobre* os seus vestígios alguma parte daquilo com que êle mesmo se nacionalizara” (Castilho) (Freire 1939-44).

Os autores citados nas abonações vão do século XIX ao início do XX. São portugueses: Rebêlo da Silva (1822-1871), Camilo Castelo Branco (1825-1890), Alexandre Herculano

(1810-1877), Castilho (1840-1819), Latino Coelho (1825-1891), Corvo (1824-1890). E brasileiros: Coelho Neto (1864-1934); Visconde de Taunay (1843-1899); Pôrto Alegre (1844-1904); Odorico Mendes (1799-1864); Rui Barbosa (1849-1923). São em sua maioria escritores consagrados: românticos, parnasianos, realistas. A co-presença de autores brasileiros e portugueses é um índice da concepção histórica da língua portuguesa, que faz derivar tanto o Português de Portugal quanto o português brasileiro de uma mesma origem. Assim, as literaturas dos dois países aparecem como acervo comum da língua portuguesa.⁷

Enquanto um instrumento que afeta a relação que o sujeito estabelece com a língua, notamos que o dicionário de Freire oferece ao leitor uma espécie de prótese literária. Com a descrição detalhada dos verbos, bem como das locuções, o leitor tem à disposição um lugar de contato com os escritores vistos como modelares, bem como com uma sintaxe ancorada nesses autores. A volta aos clássicos, se por um lado coloca a literatura como decisiva na constituição do dicionário brasileiro, marca também as últimas iniciativas literárias que precederam à disseminação do movimento modernista. Ao mesmo tempo em que reverencia a sintaxe dos clássicos, o GNDLP deixa de lado as novas experiências modernistas dos anos 20 (autores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e outros), e com isso a aproximação linguística com a oralidade e a renovação formal. A esse respeito, vale ressaltar as acepções que aparecem no verbete *modernista* no dicionário de Freire, que estabelecem uma certa distância frente ao sujeito moderno: “1. que tem afeição às cousas modernas. 2. Que usa exageradamente de cousas novas. 3. Sectário do modernismo” (Freire 1957). Prevalece desse modo o bem falar erudito, o purismo na língua e as referências aos autores literários consagrados. Sinal da civilização e da cultura brasileira, esse discurso literário consolida décadas de uma produção local que é alçada ao mesmo patamar da literatura portuguesa do século XIX. O dicionário, com sua temporalidade longa, até lenta, estabiliza um instrumento que alia língua e literatura em um discurso da nacionalidade, no momento mesmo em que a cena literária está virando a página com as novas tendências do modernismo.

A fim de compreender melhor como o GNDLP inscreve o discurso literário no dicionário, analisemos a seguinte série de verbetes que apresentam como entrada o verbo *caminhar*, que já analisamos em Freire. Consultamos para isso alguns dicionários predecessores e sucessores do GNDLP. A análise dessa série permite avaliar o deslocamento que se efetua no dicionário de Freire. Aí vão os verbetes:

CAMINHAR, v. n. Andar, fazer caminho, jornada (Silva 1789).

Caminhar, v. intrans. Andar, fazer caminho, jornada: “___ noites e dias” *Arr.* 9. L. § (fig.) Fazer viagem pelo mar; navegar; “*caminhando sobre as águas*” *Vieira*, 10. 225. “tendo *caminhado* com prospero vento” *Id.* 289, § (it.) Dirigir-se: “mas aonde, direis, *caminha* este meu discurso” *Vieira*, 10 202 2. § V. *Andar*, *syn.* § Adag.: “O que *caminha* a Cavallo vive pouco, e o que anda a pé contam por morto” (Silva 9ª ed., s.d [final do século XIX]).

Caminhar, v, i, percorrer caminho a pé; andar; v.t. percorrer, andando. (Do caminho) (Figueiredo 1899).

Caminhar, v. t. Percorrer *caminho* a pé; andar; v. *int.* percorrer, andando (Barroso y Lima 1938).

⁷ Observe-se que, embora haja regularidade na abonação dos verbos, com longos verbetes exemplificados com textos literários, há alguns verbos que não trazem exemplos, tal como acontece nos verbetes *cutucar* e *bongar*, que são respectivamente verbos de origem indígena (Tupi) e africana (Quimbundo).

caminhar, v. (*caminho* + *ar*). 1. Intr. Percorrer caminho a pé: Esta é a estrada; agora, *caminhemos*. 2. Intr. Pôr-se em movimento, rodar, seguir: O jipe *caminhava*, rumo à fazenda. 3. Intr. Navegar, velejar: Ao longe, *caminha* um iate. 4. Intr. Campear: Nesse ambiente *caminhava* a corrupção. 5. Intr. Progredir: Assim *caminha* a humanidade. 6. Tr. ind. Ir, dirigir-se: *Caminhou ao jardim*. 7. Tr. ind. Marchar, seguir: *Caminhai para* o alvo que vos foi proposto. 8. Tr. dir. Andar, percorrer: *Caminhei* tôda aquela *distância*. *Caminharam* dois quilômetros (Silva 1964).

Caminhar. V. *int.* 1. Percorrer caminho a pé; andar: *Caminha diariamente 12 km*. 2. Pôr-se em movimento, avançar; seguir; dirigir-se, encaminhar-se: *Caminhou em direção ao palácio*. 3. Navegar, velejar. 4. Percorrer (o navio) uma distância. 5. *Fig.* Ir para a frente; progredir; avançar; adiantar-se: *Desanimado como você anda, seu livro não caminhará; O seu processo não caminhará se você não procurar acompanhá-lo* (Ferreira 1975).

caminhar V. (s XV cf. IVPM) *t.d.*, *t.i.int.* seguir por um caminho ou percorrê-lo andando a pé <Caminhou longa estrada> <Caminhava pela praia> <sempre dispensava o carro, pois preferia c.> 2 *t.d. p. ext.*, locomover-se, andando, até um ponto determinado; dirigir-se a <caminhou até o cinema> 3 *int. fig.* ir e vir livremente, não ter impedimentos à sua ação ou influência; campear, grassar <as novas idéias caminham rápido pelo país> 4 *int.* ter bom desenvolvimento ou progresso, ir para adiante ou para a frente; avançar com sucesso; progredir <se trabalhar mais, seu livro caminhará rapidamente> 5 *t.i.int. fig.* Passar por ações, processos ou acontecimentos através de uma sucessão de fases; evoluir; desenvolver-se <o empreendimento caminha para o sucesso> <não está rico mas seus negócios caminham> 6 *t.i. fig.* Tender irresistivelmente para determinado ponto <esse conflito caminha para um desenlace violento> <com tal temperamento, esse rapaz caminha para a morte> 7 *int.* cruzar (mar, rio, etc.) em embarcação; navegar <o barco caminhava com muita rapidez> • ETIM. *Caminho* + *-ar*; ver *caminh-*; f. hist. sXV *caminhar*, sXV *camjnhar* • ANT Estacionar, parar • NOÇÃO de ‘caminhar’, usar *popos*. –âmbulo (Houaiss y Villar 2001).

Começamos com os antecessores portugueses do GNDLP. No dicionário de Morais (Silva 1789), o verbete traz uma definição breve (“Andar, fazer caminho, jornada”) e não traz nenhuma abonação: um discurso característico daquele período de implantação da gramática filosófica, que levou à redução do dicionário e aos enunciados definidores claros e concisos: é preciso literatura para pensar? O mesmo dicionário Morais, desta vez em sua nona edição, já no final do século XIX, repete a definição de 1789 mas acrescenta abonações literárias, adaptando-se ao ar dos tempos, ao discurso da história que retoma os textos antigos, com a citação do barroco Vieira. Até aí o verbo *caminhar* aparece somente como intransitivo. Com o dicionário de Figueiredo (1899) temos novamente a ausência de abonação literária. À definição do verbo intransitivo (*percorrer caminho a pé; andar*), é acrescentada uma definição de verbo transitivo (*percorrer, andando*). O dicionário de Barroso e Lima (1938) repete a definição de Figueiredo, apenas invertendo a ordem, ou seja, colocando em primeiro lugar a definição do verbo transitivo e depois a do intransitivo. Observe-se que esse dicionário de Barroso e Lima é considerado, juntamente com o de Freire (1939-44), o primeiro dicionário “completo” brasileiro, embora seja um pequeno dicionário, em um volume compacto.

Até aqui analisamos dicionários anteriores ao GNDLP, notando que as abonações literárias aparecem somente na nona edição de Morais, no final do século XIX, quando o autor mais citado é o barroco Vieira. Os dicionários seguintes são posteriores a Freire e neles observamos que, embora todos tragam exemplos, as abonações literárias estão totalmente ausentes. Vejamos então o que as substituí.

No dicionário de Silva (1964), encontramos exemplos elaborados pelo lexicógrafo: são frases modelares como “O jipe *caminhava*, rumo à fazenda”, “Ao longe, *caminha* um iate”,

“*Caminhou ao jardim*”. Há também, dentre esses, alguns que trazem estereótipos, frases feitas, como “Assim *caminha* a humanidade”, ou ditos morais, edificantes, como “Nesse ambiente *caminhava* a corrupção” e “*Caminhai para* o alvo”. Assim, o que vemos aí são discursos cotidianos, ao modo exemplar ou educativo, bem como enunciados de senso comum. Diferentemente de Freire, deparamo-nos aqui com um deslocamento que vai do discurso erudito, “civilizado”, “culto”, sustentado na literatura dos clássicos, a um discurso popular, marcado pelo discurso cotidiano, por uma oralidade representada como modelar, moral, edificante.

Esse mesmo discurso edificante aparece também no dicionário Aurélio (Ferreira 1975), o mais utilizado no Brasil dos anos 70 aos 90, como atestam os exemplos seguintes: *Caminha diariamente 12 km.*; *Caminhou em direção ao palácio*; *Desanimado como você anda, seu livro não caminhará*; *O seu processo não caminhará se você não procurar acompanhá-lo*. Considere-se que a presença desse tipo de exemplo coincide com o momento em que o lexicógrafo passa a ocupar a posição de autor dos exemplos, diferentemente do que ocorria quando os dicionários consideravam as autoridades (escritores, historiadores e outros grandes autores) como fonte dos exemplos. Coincide também com o período de transformação nas ciências da linguagem, que passam a observar os usos em sincronia, ou ao menos em um horizonte de retrospectão menos longo, o que conduz a uma atenção maior às falas cotidianas, à oralidade e à conversação, mesmo que simuladas pelo lexicógrafo.

Por fim, o dicionário Houaiss (Houaiss & Villar 2001), ainda que se apresente como histórico e próximo da língua culta, também traz o mesmo tipo de exemplo modelar, didático, simulando uma fala cotidiana ou de senso comum: *Caminhou longa estrada*; *Caminhava pela praia*; *sempre dispensava o carro, pois preferia c.*; *caminhou até o cinema*; *as novas idéias caminham rápido pelo país*; *se trabalhar mais, seu livro caminhará rapidamente*; *o empreendimento caminha para o sucesso*; *não está rico mas seus negócios caminham*; *esse conflito caminha para um desenlace violento*; *com tal temperamento, esse rapaz caminha para a morte*; *o barco caminhava com muita rapidez*.

Diante dessas análises da exemplificação em uma série de dicionários anteriores e posteriores ao GNDLP, consideramos que as abonações literárias neste último correspondem a uma singularidade nessa série, na medida em que apresenta um corpus de autores considerados “clássicos” da literatura, incluindo-se autores românticos, parnasianos, com algumas ligações ao realismo. A nona edição de Moraes, de finais do século XIX, é a única que também apresenta abonações literárias, porém percebe-se uma diferença nas fontes, com a predominância nesse verbete da nona edição de Moraes, do discurso barroco. Quanto aos outros dicionários, temos duas posições: a dos que não apresentam exemplos e trazem uma maior simplicidade sintática, e os que apresentam, a partir dos anos 60, exemplos modelares ou edificantes. Nestes há maior complexidade sintática, porém, não se especificam os complementos verbais pelas preposições, como fazia Freire, que por isso trazia verbetes com mais distinções de verbos pelo complemento preposicional, todas elas abonadas com exemplos literários.

A essas diferenças no modo de exemplificar, podemos associar as diferenças nas formações sociais, visto que em Freire prevalece a forte separação entre as camadas eruditas e as populares. As “graças e galas da linguagem” são marcas do discurso erudito, de uma elite letrada, ancorada no purismo linguístico e na denúncia da “corrupção vocabular” das camadas populares que não coincidiam com esse ideal purista de língua. A partir de final dos anos 30, notam-se transformações no discurso lexicográfico, com uma aproximação em direção às camadas populares, o que conduz a deixar de lado as abonações clássicas e a voltar-se para a descrição das falas cotidianas, simuladas nos exemplos elaborados ou transformados pelos lexicógrafos, que se tornam autores legitimadores do discurso do dicionário. No final do

século, se temos um certo retorno da perspectiva histórica e maior proximidade da língua “cultura”, o discurso cotidiano continua presente com os exemplos didáticos modelares ou morais que caracterizaram a segunda metade do século XX.

7. Conclusão

A análise dos verbetes relativos à entrada do verbo “caminhar”, no dicionário de Freire e na série montada de dicionários anteriores e posteriores a ele, permitiu compreender, sobretudo com relação ao modo de presença/ausência do discurso literário, o lugar do primeiro grande dicionário brasileiro. A conjuntura histórica contemplava a atuação de instituições como a Academia Brasileira de Letras, as editoras que publicavam obras direcionadas às coisas nacionais, bem como as então recentes condições da República brasileira, em que a noção de povo era trabalhada nos discursos sobre a nação e nos instrumentos linguísticos.

Tendo sido iniciado no interior da Academia Brasileira de Letras, o projeto do GNDLP é marcado pelo direcionamento literário das abonações, o que tem consequências para a concepção gramatical, com a detalhada categorização sintática dos verbos, sempre abonados com textos literários que apresentavam grande variação na regência verbal. Esse modo de escrever e falar apropriado pelo dicionário, ao mesmo tempo em que legitimava uma cultura e civilização brasileira, colocava-a ao lado da tradição portuguesa, fazendo coincidir historicamente uma origem tida como comum aos dois dialetos: o português quinhentista e em seguida e a memória dos textos consagrados dos séculos XIX e início do XX. A contradição entre a atualidade brasileira e a memória portuguesa é uma marca desse instrumento linguístico.

A terceira e última edição do dicionário de Freire ocorreu em 1957 e seu modelo, ao menos quanto à exemplificação que aqui analisamos, não foi retomado em dicionários posteriores, visto as mudanças que mostramos em direção aos falares cotidianos. Além disso, com o modernismo literário a partir dos anos 20, o discurso dos puristas foi bastante combatido e em grande parte caiu no esquecimento, enquanto os dicionários populares, seja ao molde dos pequenos dicionários direcionados a estudantes e trabalhadores, seja na forma dos dicionários médios e grandes dedicados a uma gama mais ampla de leitores, e não somente a uma elite letrada, ganharam espaço. O retorno recente da perspectiva histórica e uma tendência à reaproximação ao erudito não foi acompanhada do retorno da literatura clássica e do século XIX, ao passo que a simulação do discurso cotidiano continua predominando na exemplificação. Já os brasileirismos voltaram a ser marcados em vários dicionários, e isso até os dias de hoje: mesmo com a estabilização de uma produção local de grandes dicionários, mostrou-se pertinente diferenciar os brasileirismos das palavras que provêm historicamente do português de Portugal.

Assim, podemos dizer que o dicionário de Freire, por um lado, consistiu na invenção do grande dicionário, ao aliar língua e literatura à significação do território brasileiro, na história e na atualidade. Por outro lado, aparecendo no final da chamada Primeira República, ele logo se tornou um objeto ultrapassado pelos instrumentos que se seguiram, os quais assimilaram as mudanças em jogo na sociedade (descrição da língua do povo ou para o povo, atenção à oralidade, autoridade do lexicógrafo lingüista, exemplos simulando o discurso cotidiano, literatura modernista, etc.). É interessante notar esse destino funesto dos dicionários na história. Nos anos 30, tanto a autoria quanto o gesto de fundação do GNDLP não foram salientados e não ressoaram mais amplamente. A rápida substituição por outras obras também marcou o porvir do que consideramos a invenção do dicionário brasileiro. No entanto, essa obra não deixa de estar presente na história, e de evocar sentidos na atualidade, quando os

dicionários voltam a se dedicar à descrição do que se tem chamado a “língua culta”. Mas os sentidos que se produzem na atual conjuntura são outros e o exame desses primeiros dicionários nos traz elementos para explicitar algumas das semelhanças e diferenças em relação aos anos 30, quando teve início a era dos grandes dicionários brasileiros.

Essa análise das obras fundadoras também é produtiva, a nosso ver, em um momento em que surgem em diferentes países da América espanhola uma série de primeiros dicionários gerais nacionais, cujos efeitos estamos aos poucos conhecendo com os trabalhos que estão em andamento a esse respeito. E assim teremos condições de uma visão mais ampla do aparecimento dos dicionários gerais na América Latina, com as especificidades da história de colonização em cada caso.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- Aulete, Francisco J. Caldas. 1881. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora.
- Barroso, Gustavo e Hildebrando Lima. 1938. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira.
- Bluteau, Rafael. 1712-1728. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- Cardoso, Jerónimo. 1562. *Hieronimi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: João Álvares.
- Ferreira, Aurélio B. de Holanda. 1975. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, Cândido de. 1899. *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão.
- Freire, Laudelino. 1920. “A defesa da língua nacional”. Conferência realizada no dia 10 de abril de 1920, no Salão Nobre da Biblioteca Nacional. [Disponível em Internet: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=774&sid=147>. Acesso em 10 de outubro de 2013.]
- Freire, Laudelino. 1939-1944. *Grande e Novíssimo Diccionário da Língua Portuguesa*. 5 vols. Rio de Janeiro: A Noite.
- Freire, Laudelino. ³1957. *Grande e Novíssimo Diccionário da Língua Portuguesa*. 5 vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Houaiss, Antônio y Mauro S. Villar. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Silva, Antônio de Moraes. 1789. *Diccionario da Lingua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Silva, Antônio de Moraes. s/f. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 9ª edição revista e ampliada. Lisboa: Editora – Empreza Litteraria Fluminense de Santos, Vieira & Commandita.
- Silva, Antônio Prado e. ²1964 *Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*. São Paulo: Melhoramentos.

Fontes secundárias

- Auroux, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- Dias, Luís Francisco. 1996. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas: Pontes.
- Guimarães, Eduardo y Eni Puccinelli Orlandi. 2007. *Un dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil*. Lyon: ENS Éditions.
- Nunes, José Horta. “Dicionarização no Brasil: condições e processos”. *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*, ed. por José Horta Nunes y Margarida Petter. 99-120. São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes.
- Nunes, José Horta. 2006. *Dicionários no Brasil: análise e história – do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP.
- Nunes, José Horta. 2008. “Os dicionários portugueses e a descolonização linguística”. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 20. 25-39.
- Nunes, José Horta y Margarida Petter (eds.). 2002. *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes.
- Orlandi Eni Puccinelli (org.). 2001. *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat.
- Orlandi, Eni Puccinelli. 2002. *Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das idéias lingüísticas no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- Orlandi, Eni Puccinelli. 2003. *Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, Eni Puccinelli. 2007. “Processo de descolonização lingüística e ‘Lusofonia’”. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 19. 9-19.